

O que é e como funciona?

CONSELHO DE ESTADO

UM GUIA PRÁTICO SOBRE O PRINCIPAL
ÓRGÃO POLÍTICO DE CONSULTA DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

INTRODUÇÃO

O Conselho de Estado reúne-se esta sexta-feira, 17 de abril, pela primeira vez desde a tomada de posse de António José Seguro. Será também a estreia dos novos conselheiros de Estado: os cinco designados pelo Presidente da República (Alberto Martins, Isabel Capelo Gil, Maria do Carmo Fonseca, Miguel Bastos Araújo e Nuno Severiano Teixeira) e os cinco designados pelo Parlamento (Leonor Beleza, Carlos Moedas, Pedro Duarte, André Ventura e Carlos César).

O Conselho de Estado é o principal órgão político de consulta do Presidente da República. Não aprova leis, não governa e não substitui o Parlamento ou o Governo. A sua função é aconselhar o Chefe de Estado em decisões sensíveis, sobretudo em momentos de crise política.

Na prática, é um espaço onde o Presidente da República ouve algumas das figuras mais relevantes do país antes de tomar decisões críticas. É uma reunião fechada e reservada, onde são ouvidas as diferentes posições, avaliado o ambiente político e recolhidos argumentos antes de a decisão ser tomada.

É um órgão meramente consultivo e os seus pareceres não são vinculativos. Ou seja, o Presidente não fica juridicamente obrigado a cumprir com o que ali é decidido. Ainda assim, o Conselho de Estado tem um forte peso simbólico e político: quando é convocado, normalmente significa que há uma decisão importante em cima da mesa ou que há temas que preocupam o Presidente da República e que requerem um tratamento mais adequado.

O Conselho de Estado tem poucos poderes formais, mas muito valor político. É um termómetro institucional e uma ferramenta presidencial de legitimação em decisões difíceis. Perceber quando reúne, quem fala e sobre quê ajuda a antecipar tendências.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1) Para que serve?

A Constituição determina que o Conselho de Estado deve ser ouvido em matérias de maior sensibilidade institucional.

Por exemplo:

- Dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas;
- Demitir o Governo;
- Declarar guerra ou paz;
- Situações excepcionais ligadas ao exercício interino da Presidência;
- Outros temas estratégicos que o Presidente queira discutir.

Ou seja, quando há bloqueio governativo, tensão entre órgãos de soberania ou necessidade de legitimar uma decisão difícil, o Conselho de Estado ganha relevância.

2) Como funciona?

O Conselho de Estado é convocado pelo Presidente da República, que preside às respetivas reuniões. Durante os encontros, os membros intervêm livremente e apresentam as suas posições sobre os temas em discussão. Em determinados casos, pode existir votação de pareceres, embora estes tenham natureza consultiva e não vinculativa. As reuniões decorrem de forma reservada, reforçando o carácter institucional e confidencial do órgão. Na prática, o Conselho funciona sobretudo como um fórum de aconselhamento político, mais do que como um órgão deliberativo tradicional.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

3) Quem faz parte do Conselho de Estado?

A composição do Conselho de Estado junta membros que entram automaticamente pelo cargo que ocupam e outros que são escolhidos politicamente. Isto faz, com que na prática, o Conselho reúna, na mesma sala, figuras do Governo, da oposição, das regiões autónomas e personalidades independentes.

Membros por inerência (entram pelo cargo que exercem):

- Presidente da Assembleia da República;
- Primeiro-Ministro;
- Presidente do Tribunal Constitucional;
- Provedor de Justiça;
- Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira;
- Antigos Presidentes da República eleitos na vigência da Constituição e que não tenham sido destituídos.

Membros nomeados pelo Presidente da República:

Cinco cidadãos escolhidos diretamente pelo Presidente, para o período do seu mandato. Esta semana, António José Seguro designou:

- Alberto Martins;
- Isabel Capelo Gil;
- Maria do Carmo Fonseca;
- Miguel Bastos Araújo;
- Nuno Severiano Teixeira.

Membros eleitos pela Assembleia da República:

- Cinco cidadãos eleitos pelo Parlamento, de acordo com a representação dos partidos. Nesta legislatura, coube ao PSD indicar três nomes (Leonor Beleza, Carlos Moedas e Pedro Duarte), ao Chega indicar um (André Ventura) e ao PS, outro (Carlos César).

PERGUNTAS E RESPOSTAS

4) Por que motivo é tão reservado?

O Conselho de Estado é reservado para garantir a liberdade total de intervenção dos seus membros em matérias sensíveis de Estado, sem pressão pública ou mediática imediata.

As atas apenas se tornam acessíveis 30 anos após o termo do mandato presidencial em curso à data da reunião, assegurando a confidencialidade dos debates.

Story Time Político: Costa vs. Marcelo

No verão de 2023, uma reunião do Conselho de Estado gerou polémica e colocou o este órgão no centro mediático. O tema da reunião era, aparentemente, vago: "análise da situação económica, social e política do país" Mas havia um subtexto essencial: era o primeiro Conselho de Estado depois do choque entre palácios a propósito da manutenção de João Galamba como Ministro das Infraestruturas. A reunião foi agendada para 23 de julho, um dia depois do debate do Estado da Nação. Durante mais de quatro horas, os conselheiros, segundo relatos que chegaram à imprensa, foram muito críticos do Governo de António Costa. Depois de muitas horas de discussão, a reunião foi subitamente interrompida porque o então Primeiro-Ministro tinha um avião para apanhar para Nova Zelândia. E a reunião terminou sem conclusão, tendo Marcelo Rebelo de Sousa anunciado que seria retomada em setembro.

Chegados a setembro, os conselheiros de Estado voltaram a reunir-se. E, depois de todas as críticas feitas ao Governo, esperava-se que António Costa pudesse responder. Mas, novamente segundo informações veiculadas pela imprensa, o então chefe de Governo ficou em silêncio. Confrontado com as notícias que davam nota desta postura e convidado a comentar, Costa recusou fazê-lo por entender que eram as fugas de informação minavam o propósito do Conselho de Estado. E recorreu à lei para, com ironia, sugerir calma à comunicação social "As atas ficam disponíveis 30 anos depois do termo do mandato do Presidente da República. Lá para o dia 10 de março de 2056 a ata vai dizer que é uma mentira. Esperemos por 2056", comentou então.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

5) Porque é que a primeira reunião de António José Seguro é relevante?

A primeira reunião de um novo Presidente é normalmente interpretada como um sinal político importante. Ajuda a perceber o estilo que vai marcar o mandato, se será mais interventivo ou mais discreto na forma como exerce a função.

Também dá pistas sobre as prioridades iniciais, já que o tema escolhido costuma refletir o foco político do arranque do mandato. Neste caso, a escolha da Defesa para a primeira reunião é significativa: mostra atenção ao contexto internacional atual, às questões de segurança europeia e ao papel de Portugal no quadro da NATO e da União Europeia.

Acresce que esta reunião será também relevante por assinalar a estreia dos cinco conselheiros escolhidos por António José Seguro. A composição agora definida dá um primeiro sinal sobre o perfil de apoio que o Presidente pretende ter no mandato.

Ao mesmo tempo, é um primeiro teste à relação com os restantes poderes do Estado, com especial atenção à relação entre Presidente, Governo e oposição. Apesar de o Partido Socialista só ter indicado um nome, tal como o Chega, o peso dos socialistas é maior do que o do partido de André Ventura, uma vez que as nomeações presidenciais ajudaram a encontrar maior equilíbrio relativamente aos diferentes espaços políticos.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

6) Quem são os conselheiros escolhidos por António José Seguro?

As cinco escolhas de António José Seguro para o Conselho de Estado dão já algumas pistas sobre o perfil que pretende imprimir ao mandato. A lista é composta por nomes com experiência política, ligações à academia e à ciência. No conjunto, mais do que escolhas partidárias, parecem refletir uma aposta em competência, equilíbrio institucional e diversidade de percursos.

Alberto Martins

Histórico socialista, regressa à vida política ativa através do Conselho de Estado – uma nomeação que visa recuperar um perfil mais senatorial do partido. Alberto Martins foi Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública no segundo governo de Guterres e Ministro da Justiça no segundo governo de José Sócrates. Filho de sindicalista, formou-se politicamente no MÊS, tendo posteriormente aderido ao PS, ainda no início dos anos 80. Foi deputado pelos socialistas em diversas legislaturas e chegou a ser líder da bancada em duas ocasiões: de 2005 a 2009, durante a maioria absoluta de José Sócrates; e entre 2013 e 2014 – os dois últimos anos de Seguro à frente do PS. Traz consigo o peso simbólico da Academia de Coimbra e da crise académica de 1969, onde se destacou como rosto que enfrentou diretamente Marcello Caetano enquanto uma das vozes mais firmes contra o regime. A sua escolha reflete uma aposta num perfil de previsibilidade, memória e referência do sistema: atributos que encaixam na leitura que Seguro faz do papel das instituições.

Isabel Capelo Gil

Académica de carreira e reitora da Universidade Católica Portuguesa, Isabel Capelo Gil entra no Conselho de Estado como uma voz independente e académica, mas não por isso pouco politizada. A sua esfera de influência alberga apologistas da doutrina social da Igreja (como a própria), conhecidos liberais e outros tantos conservadores. Chegou a ser apontada pelo Observador como potencial Ministra da Educação no primeiro Governo de Montenegro, mas os rumores nunca se concretizaram. A sua nomeação pode ser lida como um piscar de olho à reconfiguração parlamentar saída das últimas legislativas.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Maria do Carmo Fonseca

Mandatária nacional de António José Seguro nas presidenciais de 2026, é uma das vozes mais ativas na defesa da ciência em Portugal. Tem sido crítica do subfinanciamento da investigação, alertando para a dificuldade em reter talento científico no país e a falta de condições competitivas para os investigadores. Em 2010 foi distinguida com Prémio Pessoa, reconhecendo o seu trabalho científico e a sua influência no debate público. A nomeação para o Conselho de Estado mostra uma aposta em perfis académicos e com uma intervenção cívica consolidada.

Miguel Bastos Araújo

Chega ao Conselho de Estado com o peso raro de uma carreira científica que já lhe valeu o Prémio Pessoa em 2018. Geógrafo, professor catedrático e investigador reconhecido internacionalmente, tem sido uma das vozes mais ativas na reflexão sobre biodiversidade e políticas ambientais em Portugal. Em 2019, assumiu a curadoria da abertura oficial da Semana Europeia Verde, no âmbito de Lisboa Capital Europeia Verde, e entre 2020 e 2021 coordenou o estudo “Biodiversidade 2030”, encomendado pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática. A sua entrada no órgão consultivo do Presidente da República surge, assim, marcada por um percurso onde ciência, política pública e visão estratégica

Nuno Severiano Teixeira

Filho de coronel e nascido na antiga Guiné portuguesa, cresceu próximo da cultura das Forças Armadas que mais tarde estudaria como historiador e aprofundaria na vida académica, hoje consolidada na presidência do IPRI-NOVA. No plano político, passou por dois momentos decisivos da governação do país: foi Ministro da Administração Interna no segundo governo de António Guterres e Ministro da Defesa Nacional no primeiro governo de José Sócrates, experiências que o tornaram uma das vozes mais escutadas em matérias de política externa, segurança e defesa – temas que também acompanha regularmente na sua coluna no jornal *Público*. A coincidência é evidente: dois destes dossiês são precisamente os escolhidos para esta primeira reunião do Conselho de Estado, um sinal claro de que o novo Presidente da República antecipa um mandato onde Segurança e Defesa serão uma constante.

